

A Pós-Graduação em Tempos de Gestão Gerencialista: Implicações sobre Pesquisadores e sobre a Produção do Conhecimento

CAIO CORREIA DOS SANTOS QUINA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

IRIS CARMEN PINHEIRO RODRIGUES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

FLÁVIA LUCIANA NAVES MAFRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A Pós-Graduação em Tempos de Gestão Gerencialista: Implicações sobre Pesquisadores e sobre a Produção do Conhecimento

Introdução

A ciência possui como princípio a promoção do desenvolvimento da sociedade, através de projetos que impactam o bem-estar nos âmbitos cultural, social e econômico, para uma vida igualitária e sustentável (Tacconi, 2024). No Brasil, as Instituições de Ensino Superior (IES) que desempenham, na maioria das vezes, a tarefa de desenvolvimento da ciência, por meio das pesquisas científicas, construção de conhecimentos e do processo de formação (Schwartzman, 1980; 2001; 2022). Logo, aproximadamente 95% da produção científica nacional ocorre no âmbito dos programas de pós-graduação, de Universidades públicas (Neves; McManus; Carvalho, 2020).

Contudo, o cenário das Universidades públicas está permeado por medidas de cunho mercadológico e gerencial, afetando recursos à essas instituições; reformas curriculares; intensificação e precarização do trabalho docente; privatização e terceirização de funções e avaliações e métricas com o intuito de controle do sistema educativo (Mancebo, 2008). Esse processo provoca uma intensificação do trabalho acadêmico, mas também a desvalorização do espaço e dos sujeitos responsáveis pela ciência, causando uma instabilidade profissional – impactando futuros e atuais locais de trabalho dos pesquisadores (Rezende; Rafanhim, 2023; Tacconi, 2024; Navas, 2024). Soma-se também um contexto social de crise sobre a ciência, sobre a sua função com a sociedade e a sua relação com a comunidade (Marras, 2018; Tacconi, 2024), como o fenômeno da negação e desinformação, que provoca um descrédito do papel da ciência e de suas instituições (Manzoni, 2024; Tacconi, 2024).

A lógica de mercado tem influenciado as organizações públicas, e, no caso da ciência, esse movimento tem resultado na mercantilização do conhecimento (Chauí, 2003; Lesniewski; Trevisol; Bechi, 2023), o que impacta as funções sociais exercidas por instituições do Estado — como as Universidades públicas — e a ampliação de interesses privados nesses espaços (Mancebo, 2008). A lógica do mercado estimula uma cultura de competição, eficiência e busca por resultados no ambiente acadêmico, em que são instituídos inúmeros métodos de avaliação e a competição por recursos financeiros, provocando uma pressão sobre as Universidades e os profissionais (Santos; Tonon, 2023; Lesniewski; Trevisol; Bechi, 2023).

A lógica influencia a pós-graduação. Na pós-graduação, a lógica produtivista tem se tornado o parâmetro para alcance de avaliações positivas e competitivas dos programas e a captação de recursos para a sua manutenção (Alcadipani, 2011; Bispo, 2018; Bispo; Costa, 2016). A pressão pela produtividade num contexto marcado de precarização das condições de ensino e pesquisa, crise da legitimidade da ciência e instabilidade profissional, impacta diretamente a pós-graduação e a qualidade do conhecimento produzido (Rezende; Rafanhim, 2023; Tacconi, 2024; Navas, 2024).

Um dos impactos se refere a intensificação das atividades desempenhadas pelos pós-graduandos e em um curto período. Desde as atividades ligadas ao processo de formação para docência e de pesquisa até as atividades obrigatórias e voluntárias como: estágio docência, docência voluntária, orientação de iniciação científica, construção de projetos de pesquisa, de ensino e de extensão, elaboração de trabalhos científicos (artigos, resumos, dissertações, teses), apresentações de produções em eventos (congressos, seminários, simpósios) nacionais e internacionais e entre outras atividades (Schwartzman, 2022; Rezende; Rafanhim, 2023).

Assim, todo esse contexto submete os programas e os sujeitos envolvidos — discentes e, também, docentes — a uma crescente pressão por desempenho, produtividade e visibilidade científica, muitas vezes em detrimento da formação crítica, humana e epistemologicamente plural.

As atividades desempenhadas nesses espaços por estudantes de pós-graduação, podem caracterizar-se como de trabalho (Rezende; Rafanhim, 2023). Ou seja, trabalho, para além de uma concepção produtiva de valor para a sociedade (Marx, 2013; Antunes, 2009), constitui também uma forma de relação social, em que há um engajamento do sujeito em realizar tarefas, diante de pressões materiais e sociais, permeada de subjetividades, não por assim, a finalidade da existência do sujeito (Dejours, 2004; Dejours; Adboucheli; Jayet, 2011; Gaulejac, 2007, 2024). A centralidade do trabalho nas relações humanas transforma e configura a vida das pessoas, transitando entre os efeitos de constituição do sujeito ou de destituição (Gaulejac, 2007; Dejours; Adboucheli; Jayet, 2011).

Associações e coletivos de pós-graduandos têm se mobilizado para reivindicar o reconhecimento da pós-graduação como uma forma legítima de trabalho. Ancorada no entendimento de que o vínculo dos estudantes de pós-graduação com as instituições não se restringe à formação acadêmica, mas envolve uma intensa carga de atividades de pesquisa, ensino, extensão e produção intelectual, frequentemente sem garantias trabalhistas, direitos previdenciários ou estabilidade financeira (ANPG, 2020; Rezende; Rafanhim, 2023). A busca pela valorização da pós-graduação como trabalho também implica repensar o papel dos programas e das agências de fomento, a fim de garantir condições materiais e institucionais adequadas para uma formação crítica e à produção de conhecimento com relevância social (ANPG, 2020; Rezende; Rafanhim, 2023).

De qualquer forma, o contexto, as atividades e a subjetividade dos pós-graduados são influenciadas ou moldadas pela gestão gerencialista. Essa lógica subordina as atividades dos sujeitos às metas institucionais, transformando todo o ambiente de trabalho em um sistema orientado por desempenho e produtividade, por meio da imposição de métricas de avaliação (Gaulejac, 2007; Tonon, 2014; Tonon; Grisi, 2015).

O gerencialismo ainda instaura um senso de competitividade e individualismo nos sujeitos, provocando insegurança quanto à capacidade dos mesmos de atingir metas e pela sedução dos sujeitos diante de mecanismos que prometem suposta liberdade e reconhecimento (Gaulejac, 2007). Além de reforçar uma lógica utilitarista e instrumental, transformando a vida em uma forma de valor, em que o sujeito está atrelado à sua produtividade (Gaulejac, 2007), levando-o a perder o sentido de si, da experiência e do próprio processo de trabalho, como ao sofrimento psíquico (Gaulejac, 2007; Dejours, 2003; 2004). O que seria um caminho para compreender como os aspectos subjetivos e psíquicos são mobilizados a partir das relações e da organização no âmbito da pós-graduação. Conforme Sá *et al.* (2020), é preciso questionar as condições que influenciam os espaços para as novas gerações não repetirem os modelos herdados das gerações anteriores, reforçando práticas que deveriam ser superadas.

Diante disso, questiona-se: como a lógica da gestão gerencialista impacta a pós-graduação e os pós-graduandos? Este ensaio tem como objetivo discutir como a lógica da gestão gerencialista impacta o espaço da pós-graduação.

Discutir a influência da gestão gerencialista sobre as organizações e na vida possibilita evidenciar a capacidade da gestão gerencialista em mobilizar e capturar as subjetividades (Gaulejac, 2007; Tonon, 2014), bem como as condições de alienação dos sujeitos, dificultando que esses compreendam como são percebidos e se percebem, na organização (Motta, 1984).

A Lógica Gerencialista

O desenvolvimento do sistema capitalista requereu o surgimento de formas de controle do trabalho. Buscavam-se meios “mais racionais e economicamente mais rentáveis” de produção, com o intuito de se ter um “controle sistemático do trabalho e de seu processo de organização, dado de tal forma que eliminasse do trabalhador sua autonomia de decisão sobre o trabalho” (Vizeu, 2010, p. 793). A “gestão” foi um desses meios, orientado pelo aspecto racional e rentável, que iniciou através do método de controle industrial, o taylorismo (Vizeu, 2010).

Gaulejac (2007) expressa que a gestão nas organizações tem o intuito de racionalizar, modelar comportamentos, estabelecer procedimentos, normas de funcionamento e orientar decisões. No século XX, os aspectos da gestão foram aprimorados, intensificados e legitimados, transformando-se sob a ótica da lógica financeira (Klikauer, 2013; Gaulejac, 2007). A lógica financeira permitiu à gestão incorporar, em sua essência, estruturas ideológicas que moldassem as formas de pensar dos trabalhadores. Por meio de um sistema planejado, baseado em valores e crenças, buscou alinhar esses aspectos à estrutura organizacional, conduzindo os sujeitos a uma servidão voluntária¹ e levando-os a se envolverem e defenderem os interesses da organização como se fossem os seus próprios interesses (Gaulejac, 2007). Por trás desses procedimentos, a gestão se revela como um sistema de crenças e visão de mundo que legitima uma “abordagem instrumental, utilitarista e contábil das relações entre o homem e a sociedade” (Gaulejac, 2007, p. 41).

Incorporado o caráter ideológico, a gestão adquiriu características “gerencialistas” (Gaulejac, 2007), além de disseminar o “gerencialismo” (Gaulejac, 2007; Klikauer, 2013). O primeiro termo [gerencialista] está frequentemente associado às técnicas de gestão em si, e o segundo [gerencialismo] à sua expansão para além do ambiente organizacional (Parker, 2002; Tonton; Grisci, 2015; Santos; Tonton, 2023). Nesse trabalho os termos são tratados como similares, possibilitando compreender a amplitude das relações impostas pela gestão gerencialista, na materialização das formas de técnicas e de habilidades gerenciais para administrar, eficientemente, tanto as organizações quanto a sociedade (Klikauer, 2013).

Gaulejac (2007) explica que o gerencialismo é caracterizado pela dominação dos critérios quantitativos e econômicos, no intuito de apresentar o sujeito — o ser humano — como um recurso da organização. O trabalhador passa a ser objeto e assim um instrumento para o alcance dos objetivos da organização (Santos; Reinaldo, 2021; Motta, 1993).

¹ O uso do termo servidão voluntária remete a definição que La Boétie (1987) e a análise de Chauí (2014). De forma sintética podemos compreender a servidão voluntária como a situação em que os homens, dados como naturalmente livres e iguais, consentem em submeter-se a um poder separado da sociedade, não por necessidade natural ou força, mas por vontade própria, seja por hábito, costume, ilusão ou desejo de poder sobre outros (La Boétie, 1987; Chauí, 2014). Chauí (2014) aponta a existência de um paradoxo – devido a um oxímoro – em que envolve o uso da liberdade para abdicar da própria liberdade, instituindo assim o poder de um senhor ou tirano. Nesse sentido, no contexto sobre a ideologia da gestão gerencialista, pode-se compreender a servidão voluntária como um processo em que as pessoas aceitam e internalizam voluntariamente as regras e valores que as fazem trabalhar mais, se autoexplorar, competir entre si e se submeter a controles sutis, no ideal de acreditar que estão realizando isso por livre escolha, em nome do sucesso, da carreira, da eficiência. Assim, utilizam-se do desejo, do desejo de se destacar, do desejo de ser “o melhor” no sistema, para alcançar a liberdade oferecida pela gestão gerencialista. É como La Boétie (1987) descreve, o poder (o tirano) não se impõe apenas por meio da força ou pelo engano inicial, mas se sustenta porque as próprias pessoas, por se submeterem a esse processo, alimentam o sistema.

Conforme Pagès *et al.* (1987) esse cerco ideológico condiciona uma forma de aprisionamento, em que muitos sujeitos passam a colaborar com a doutrina oficial através da internalização das lógicas e prescrições ditadas pela organização, tomando para si a responsabilidade de cumpri-las.

Assim, essas prescrições e exigências relativas aos modos de trabalhar extrapolam o ambiente de trabalho e passam a atuar nas mais diversas esferas da vida do sujeito (Parker, 2002). As concepções colocadas pela gestão levam a inverter a ordem natural das prioridades, sendo primeiro as necessidades da gestão — e logo da empresa — e depois as necessidades humanas e sociais (Santos; Reinaldo, 2021). Assim, existe uma reprodução da lógica da gestão gerencialista aos modos de vidas e das organizações (Motta, 1993; Parker, 2002; Tonon, 2014; Tonon; Grisci, 2015) contribuindo com a criação de um universo gestor, em que este substitui a dignidade pela utilidade, a solidariedade pelo mérito individual, sendo imprescindíveis do contexto econômico (Onuma; Zwik; Brito, 2015).

A gestão passa a ser um meio de captura das subjetividades dos sujeitos, através, conforme Gaulejac (2007), das manifestações ideológicas que a caracterizam, na busca pela eficácia e eficiência. A singularidade dessa forma de captura da subjetividade reside na exploração das condições sociopsíquicas do sujeito (Gaulejac, 2007). A gestão se apropria das transformações psíquicas dos sujeitos, promovidas pela ideologia gerencialista, como meio de canalizar sua energia e conformá-los à força de trabalho, principalmente.

Esse caráter exploratório sociopsíquico molda as condições subjetivas dos sujeitos, por meio de mecanismos capazes de obterem adesão dos sujeitos (Gaulejac, 2007; Tonon, 2014). Com os mecanismos ideológicos, as contradições no trabalho tornam-se sutis, não sendo percebidas, ou sendo mitigadas por aqueles que estejam a elas submetidos (Tonon, 2014; Santos; Tonon, 2023). Os dispositivos de sedução organizacional disfarçam aspectos controladores da subjetividade, do sofrimento e da violência no trabalho (Tonon, 2014).

Os sujeitos nesses espaços são capturados por discursos organizacionais e por práticas derivadas dos mecanismos de sedução colocados pela gestão gerencialista (Tonon, 2014). Esse processo de “conquista” ocorre por meio da oferta de reconhecimento, autonomia e bem-estar, condicionados à lealdade e à dedicação integral aos objetivos organizacionais (Dejours, 2003; Gaulejac, 2007). Nessa lógica, tem-se um processo de despersonalização das organizações, que passam a ocultar intencionalmente os traços de poder, concedendo uma autonomia limitada, e até mesmo ilusória, aos trabalhadores (Salimon; Siqueira, 2013; Tonon, 2014). Essa estratégia é sustentada por um ambiente que impregna condições que favorecem a adesão voluntária à lógica da gestão por meio de intervenções que moldam conceitos e valores dos sujeitos (Gaulejac, 2007; Salimon; Siqueira, 2013; Tonon; Grisci, 2015).

Os sujeitos passam a interpretar o mundo social a partir de um sistema de crenças que mantém “a ilusão da onipotência, do domínio absoluto, da neutralidade das técnicas e da modelação de condutas humanas” (Gaulejac, 2007, p. 65–67). Nesse processo, a relação entre autonomia e dependência é marcada por incentivos ao individualismo e à competição. Esse comportamento gera devoção à instituição, transformando a organização em objeto de culto (Pagès *et al.*, 1987). Os sujeitos tornam-se orientados pelo discurso do comprometimento, individual, enfraquecendo os vínculos coletivos e sociais (Dias *et al.*, 2019).

O rompimento de laços sociais e o isolamento alimentam uma promessa ilusória de sucesso, conduzindo os sujeitos à ansiedade e à insegurança (Dias *et al.*, 2019). A precariedade da condição subjetiva resulta no aumento de sentimentos como angústia e abandono, intensificando o sofrimento psíquico (Dejours, 2003). Mendes (2007) corrobora ao apontar que a lógica gerencialista está associada ao surgimento de novas categorias de adoecimento, como

patologias da sobrecarga, da servidão voluntária e da violência, evidenciadas por sintomas como estresse, depressão, ansiedade e doenças psicossomáticas.

A ideologia da gestão gerencialista estimula o trabalhador a esforços extremos e contínuos (Gaulejac, 2007). Ao modelar para comportamentos de servidão voluntária, como, por exemplo, a dificuldade de suportar períodos de férias, uma vez que o tempo passa a ser compreendido como algo que deve ser produtivo e útil, mesmo em momentos destinados ao lazer (Gaulejac, 2007). Assim, a não execução de intensas atividades para alcance das metas organizacionais, aliada à ausência de reconhecimento, provocam frustrações e favorecem o desenvolvimento de distúrbios de ordem somática e psicossomática (Dejours, 2003; 2004). Tais distúrbios incluem manifestações psíquicas, digestivas, dermatológicas, cardiovasculares e comportamentais (Mendes, 2007). Entre os transtornos mais recorrentes estão os quadros de depressão, esgotamento profissional, síndromes paranoides, reações ao estresse agudo, síndrome de burnout e, em casos mais graves, o suicídio (Dias *et al.*, 2019).

No contexto brasileiro, Dias *et al.*, (2019) apontam, por meio de relatórios e pesquisas – nacionais e internacionais – a correlação entre distúrbios mentais e características da organização do trabalho. Sendo que dentre os aspectos mais prejudiciais estão: ambientes com baixo suporte social, jornadas excessivas, desproporcionalidade entre esforço e recompensa, elevado nível de comprometimento individual, descumprimento de normas de proteção ao trabalhador, além de condições inadequadas nos ambientes e processos de trabalho.

Ressalta-se que a lógica gerencialista, ao interferir sobre o psiquismo dos sujeitos, contribui para a perda de sentido do seu fazer trabalho, afetando “a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir a situações” (Dejours, 2004, p. 28). Situação que leva o choque entre a história individual e as regras organizacionais, em que desconsidera desejos e projetos dos sujeitos, ampliando os efeitos psíquicos da organização do trabalho (Gaulejac, 2007; Dejours; Abdoucheli; Jayet, 2011).

Ao se estabelecer sobre a sociedade por meio do gerencialismo, faz com que a economia seja “um meio em si que direciona toda a sociedade, onde o ritmo da vida individual, social e institucional passa a ser determinado pelo ritmo das corporações” (Gaulejac, 2007, p. 27). O gerencialismo no âmbito das organizações públicas, no Brasil, ganhou espaço devido à Reforma do Aparelho do Estado de 1985 (Reis, 2019). Esse processo levou a gestão das organizações públicas, por exemplo, uma narrativa de gestão por resultados, com a valorização da competição e da eficiência no desempenho das funções, gestão e organização do ambiente (Onuma; Zwik; Brito, 2015; Santos, 2020; Santos; Tonon, 2023). Logo, preconiza-se nas organizações públicas um estímulo de competição por recursos, a busca por melhoria do desempenho, de redução de custos e o incentivo para alcançar maiores níveis de eficiência (Berno *et al.*, 2021).

Essas características do gerencialismo podem ser observadas no contexto das universidades, tanto as públicas, nos seus critérios de avaliação, promotores de índices de produtividade entre os docentes e seus programas de pesquisa (Chrispiniano, 2006), quanto nas universidades da esfera privada, orientadas por um ambiente de competição empresarial que precariza o trabalho docente.

Em que cenário a Universidade e Pós-Graduação se encontram?

O processo histórico do desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil iniciou com o marco da colonização e, desde essa época até o processo da redemocratização, a ciência no país tem sido influenciada por ideais de progresso e modernização (Schwartzman, 1980; 2001; Lima

et al., 2022). Tais espaços têm em sua formação a racionalidade da ciência hegemônica. Essa racionalidade possui o caráter de orientar a compreensão do mundo a partir do próprio mundo e de seus saberes específicos (Porto-Gonçalves, 2005). A racionalidade da ciência hegemônica foi composta a partir do marco da modernidade, com a constituição da ciência moderna (Lander, 2005; Porto-Gonçalves, 2005; Mignolo, 2017). Essa ciência ampara-se no uso do conhecimento científico como uma das vias para servir um modelo de sociedade, instituindo uma forma única de saber, ser e viver (Lander, 2005), que para manter-se hegemônica, a ciência moderna precisou silenciar, omitir e excluir outros tipos de saberes e formas de produção de conhecimentos (Porto-Gonçalves, 2005; Naves; Pereira, 2023).

Além disso, a ciência hegemônica, que seria a ciência moderna, fundamenta-se em uma forma de construção de conhecimento baseada na condição de relação sujeito-objeto (Porto-Gonçalves, 2005). Nessa perspectiva, o pesquisador é concebido como um sujeito isolado, neutro e desprovido de subjetividade, cujas concepções pessoais e experiências são desconsideradas. Sua fala e capacidade reflexiva são esvaziadas em nome de uma pretensa objetividade, que privilegia um conhecimento distanciado, universal e livre de influências contextuais ou emocionais. Gerando uma lógica de neutralidade, universalidade e objetividade, que reforçam dicotomias como: cultura-natureza, subjetivo-objetivo e sujeito-objeto, nas formas de construção de ciência (Naves; Pereira, 2023).

Amparada nessa lógica, a constituição da Educação Superior “passou a funcionar como produtora dos saberes que dominam ou que, pelo menos, viabilizam a dominação política e a hegemonia no plano ideológico” (Almeida-Filho, 2024, p. 28) para práticas sociais, produzindo conhecimentos que podem ou não servir aos anseios da sociedade.

Contudo, as Universidades são espaços de disputa que congregam pessoas com diferentes experiências, saberes e expectativas em torno da educação superior e pesquisa. (Moreira; Mafra, 2023). De um lado, as elites defendem um projeto de educação com o intuito de exclusão das camadas populares, e do outro lado, intelectuais, movimentos sociais, ativistas e políticos pressionam para haja caminhos para que grupos sociais tradicionalmente marginalizados conquistem acesso ao ensino superior (Moreira; Mafra, 2023).

A diversidade dos sujeitos nos espaços das Universidades pode possibilitar ou não a construção de saberes e identidades diferentes daquelas que são defendidas como norma (Moreira; Mafra, 2023). Contudo, esses espaços ainda enfrentam problemas em garantir acesso de grupos sociais subalternizados e uma conexão com a sociedade e seus problemas (Moreira; Mafra, 2023).

Na pós-graduação o acesso ainda é predominantemente ocupado por grupos sociais com privilégios (Venturini, 2022). Venturini (2022) e Pereira *et al.* (2024) descrevem que o cenário da pós-graduação continua longe da diversidade em termos sociais, étnico-raciais e de gênero, principalmente em determinadas áreas do conhecimento — como as ciências exatas, agrárias, biológicas e entre outras —, sendo exceção os cursos de humanidades, o acesso de grupos subalternizados é um pouco mais significativo (Pereira *et al.*, 2024; Andrade, 2025).

Diante desse cenário, as ações afirmativas tornam-se medidas que visam promover a equidade e a inclusão de grupos socialmente discriminados. (Venturini, 2022; Andrade, 2025). Porém, tais ações ainda encontram resistências nos espaços. Andrade (2025) explica que um dos argumentos está na preocupação com a excelência acadêmica, em que tais políticas poderiam comprometer a qualidade dos programas e seu desempenho nas avaliações dadas por agências de fomento. Porém, como apontado por Venturini (2022), Mendes e Karruz (2023) e Andrade (2025) não se tem evidências sobre tal impacto, mas alertam que com mesmo acesso,

é necessário políticas, tanto pelas Universidades, Governo e agências de fomento, que viabilizem as permanências e as integridades dos mestrados e doutorandos.

Soma-se ao cenário das Universidades brasileiras dois movimentos que as impactam. De um lado, diversas medidas de cunho mercadológico e gerencial: como a racionalização de recursos para sua manutenção e da educação; flexibilização de gestão dos espaços; reformas curriculares; transformações no trabalho docente; privatização e terceirização de funções; avaliações e métricas no intuito de controle do sistema educativo (Mancebo, 2008). E de outro lado, um contexto social permeado por um movimento² negacionista, que defende uma ciência “neutra” e aplicada, ou seja, destituída de valores sociais e ética, dedicada exclusivamente ao desenvolvimento de aparatos tecnológicos para uso comercial ou industrial (Lima *et al.*, 2022). Esses dois movimentos acabam pressionando e impactando as funções desses centros e os trabalhos de pesquisadores e docentes.

As pressões sobre as Universidades têm levando a mercantilização do conhecimento. Esse fenômeno, é oriundo da atual fase de acumulação capitalista — do modelo flexível de trabalho (Faria, 2011), em que transforma a ciência em capital, conduzindo para uma ideia de sociedade do conhecimento, em que o “fator mais importante é o uso intensivo e competitivo dos conhecimentos” (Chauí, 2003, p. 4), além de redução das funções sociais exercidas pelo Estado e ampliação de interesses privados no espaço (Mancebo, 2008).

Formação ou Performance? O Gerencialismo na Pós-Graduação

A pós-graduação *stricto sensu*, é um espaço formativo que busca qualificar docentes-pesquisadores, ao nível de mestrado e doutorado, com o intuito de contribuir para a construção de conhecimento e para a formação de docentes (Bispo; Costa, 2016; Bispo, 2020). Um espaço que buscar promover “competências fundamentais como o aprender a aprender, a ensinar e a formar novos quadros”, além de abordagens de pesquisa, de ensino, metodológicas, etc. (Bispo; Costa, 2016, p. 1006).

Contudo, com a lógica gerencialista, se intensifica na pós-graduação sistemas avaliativos, exigidos principalmente pelas agências de fomento, que privilegiam métricas quantitativas (número de publicações e tempo de titulação) em detrimento da qualidade crítica e da relevância social das pesquisas (Tuleski, 2012; Bispo, 2018; Rezende; Rafanhim, 2023). Além disso, a ideologia gerencialista estrutura institucionalmente os programas, conformando subjetividades de docentes e discentes que internalizam a lógica da produtividade (Chrispiniano, 2006; Gaulejac, 2007; Santos; Tonon, 2014), afastando os sujeitos de um processo de formação significativa e de construção de conhecimento (Alperstedt; Andion, 2017; Serra, 2021).

Esse processo acaba contribuindo para um modelo de ciência orientado pela produtividade, que tem provocado, por exemplo, o aumento de práticas antiéticas, como fraudes, plágios e manipulações de dados. Casos recorrentes de artigos retratados, e a proliferação de revistas predatórias, que publicam sem revisão por pares mediante pagamento, evidenciam os riscos de uma produção acadêmica voltada exclusivamente para o volume de publicações (CRID, 2025; Guimarães; Hayashi, 2023; Alisson, 2014). Estima-se que mundialmente, cerca de dois mil artigos foram retratados anualmente, com destaque para as

² O movimento surgiu em diversas partes do mundo. Eles pregavam que os pesquisadores seriam inúteis sob o argumento de que o trabalho que desempenham não possuía relevância para o cotidiano, além de pesquisadores serem excessivamente politizados, especialmente nas Universidades Públicas (Lima *et al.*, 2022).

áreas biomédica e de ciências sociais (Alisson, 2014; CRID, 2025). No Brasil, dados levantados pela USP mostram que quase 30% das retratações em revistas científicas ocorreram por má conduta, e 67% envolviam autores com menos de 40 anos, indicando que a pressão se concentra especialmente entre jovens pesquisadores (CRID, 2025). Evidenciando um contexto que permeia os espaços de produção de ciência como a pós-graduação, relevando um espaço, na maioria das vezes, de reprodução de uma ciência instrumentalizada, subordinada a interesses utilitaristas e descolada da função pública e social.

Prevalece o estímulo a uma cultura de competição e eficiência no ambiente acadêmico diante das alterações provocadas pela racionalização dos recursos (Lesnieski; Trevisol; Bechi, 2023). Exemplo disso é a ordem de autoria de artigos, frequentemente utilizada como avaliação para critério de seleção e pontuação. A lógica gerencial impõe métodos de avaliação sobre as atividades nas Universidades e a intensa competição por recursos financeiros colocando uma pressão sobre os profissionais de ensino para se tornarem operacionalmente eficientes (Santos; Tonon, 2023; Lesnieski; Trevisol; Bechi, 2023).

A discussão da lógica da mercantilização do conhecimento sobre as Universidades está localizada na discussão sobre o fenômeno do Capitalismo Acadêmico (Slaughter; Leslie, 2001; Slaughter; Rhoades, 2009; Costa; Goulart, 2018; Lesnieski; Trevisol; Bechi, 2023). Esse fenômeno realiza uma capitalização da educação superior e da produção acadêmica, com o intuito de adequar esses centros de pesquisa públicos, principalmente, à nova economia mundial, imperando uma cultura institucional de produção de conhecimento diretamente rentável e epistemologicamente articulado com as necessidades do mercado empresarial/industrial (Slaughter; Leslie, 2001; Lesnieski; Trevisol; Bechi, 2023).

Nesse sentido, pode-se compreender o fenômeno da gestão gerencialista nas Universidades brasileiras e o sobre Capitalismo Acadêmico, como meios articulados que possuem como primazia a reprodução da lógica do mercado em organizações públicas de produção de conhecimento. Em que o gerencialismo, promove profundas mudanças na identidade das instituições universitárias e de pesquisa, com sérias implicações sobre a cultura acadêmica, a pesquisa e a subjetividade do trabalhador docente e pós-graduando (Lesnieski; Trevisol; Bechi, 2023; Gaulejac, 2007).

Diante da flexibilização, limitação de recursos, avaliações constantes e processos de privatização, observa-se uma crescente precarização do trabalho docente e do próprio funcionamento da universidade. Os professores, além do ensino e da pesquisa, acumulam uma série de atividades administrativas e acadêmicas que extrapolam os limites institucionais e impactam diretamente suas rotinas (Lesnieski; Trevisol; Bechi, 2023). Essa sobrecarga, vinculada à escassez de recursos públicos, à flexibilização de direitos trabalhistas e à valorização da produtividade como critério de promoção, conduz os docentes a um modelo de trabalho cada vez mais alienante, servil e voltado à lógica da eficiência (Silva; Mafra, 2014).

Nesse processo, há um sequestro da subjetividade, no qual os discursos de excelência, sucesso e comprometimento moldam e aprisionam os sujeitos a práticas performativas (Santos, 2020). Mas cabe destacar que esse sequestro da subjetividade não se inicia apenas com o exercício da docência, mas muito antes, ainda na pós-graduação, espaço no qual se delinea a formação para a carreira de docente-pesquisador e se internalizam as exigências do desempenho acadêmico como ideal de pertencimento.

Assim, tem-se uma constante precarização e intensificação da exploração da força de trabalho dos docentes. Além de basear o sistema educacional em uma competitividade e performance, que marginaliza a classe de professores, enfatiza o individualismo e visa implementar formas de controle sobre suas atividades (Lesnieski; Trevisol; Bechi, 2023).

No âmbito da produção da pesquisa, principalmente a pós-graduação, tem-se uma corrida pela visibilidade e pela quantidade de produções, que obriga os pesquisadores — docentes e pós-graduandos — a elevarem ao máximo sua performance produtiva (Lesnieski; Trevisol; Bechi, 2023).

Sá *et al.*, (2020), Bispo (2020) e Oliveira (2015) expressam que a condição fundamental da pós-graduação deveria ser a formação de docentes, mas calçou-se para uma formação voltada à pesquisa, buscando imperar a condição da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além da construção e autonomia intelectual dos discentes. A adoção da pesquisa como primazia na pós-graduação pode ser pensada a partir do que Saviani (2010), Costa e Goulart (2018), e Lesnieski, Trevisol e Bechi (2023) explicam sobre as condições dadas, principalmente vinda do âmbito internacional, no Brasil, via expansão do Ensino Superior durante a Reforma de 1968. As transformações provocadas pela lógica gerencialista dada pela Reforma do Estado e das reformas no âmbito da educação conduziram o aspecto “pesquisa” como sinônimo de modernização, sob uma lógica utilitarista e de aplicabilidade na sociedade, não somente como processo formativo dos sujeitos.

Além disso, têm-se as pressões relacionadas aos processos de avaliação que se calçou sobre a pós-graduação. A criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ambos criados em 1951, marcou a institucionalização do fomento e da avaliação da pesquisa e da pós-graduação. Logo, com os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), iniciados em 1974, buscaram orientar a expansão e consolidação dos programas, promovendo a correção de assimetrias regionais, o estímulo à interdisciplinaridade e a melhoria da qualidade da formação docente (Saviani, 2010).

Contudo, o processo de avaliação dos programas de pós-graduação, especialmente sob regulação da CAPES, promoveu mecanismos padronizados de regulação dos programas, como a avaliação quadrienal e a classificação dos programas em uma escala de 1 a 7 (Saviani, 2010; Oliveira, 2015), em que quanto maior o conceito, maior a captação de recursos.

A CAPES promoveu o sistema Qualis, como meio de avaliação da qualidade dos periódicos, atrelando ao processo de avaliação dos programas de pós-graduação. Esse processo de avaliação transformou os critérios de qualidade acadêmica, induzindo uma lógica de produtividade cada vez mais marcada por exigências quantitativas da produção acadêmica da pós-graduação, influenciando, por exemplo, a manutenção da classificação dos programas (Bauer; Darbilly, 2020; Schwartzman, 2022).

Ressalta-se que o sistema Qualis de avaliação foi encerrado. Segundo o Ofício Circular nº 46/2024, emitido pela CAPES em 03 de outubro de 2024, anunciou uma nova metodologia para a classificação da produção intelectual na pós-graduação *stricto sensu*, com aplicação a partir do ciclo avaliativo 2025-2028, levando a mais incerteza e dúvidas para o funcionamento dos programas da pós-graduação.

A principal mudança consiste na substituição do foco nos periódicos científicos — como era feito por meio do sistema Qualis — pela avaliação direta dos artigos publicados. A nova forma de avaliação, prevê três procedimentos que podem ser adotados isoladamente ou em combinação, por cada área: a) o primeiro procedimento considera os indicadores bibliométricos dos veículos de publicação, mas aplicados à classificação dos artigos; b) o segundo, utiliza tanto os indicadores dos periódicos quanto dados diretamente extraídos dos artigos, como o número de citações e aspectos qualitativos como indexação e acesso aberto; c) e o terceiro

procedimento, baseia-se em uma análise qualitativa conduzida pelas áreas, considerando os critérios como a pertinência temática, o avanço conceitual e a contribuição científica do trabalho.

Contudo, torna-se necessário questionar se esse novo sistema poderia romper com práticas antigas e o predomínio quantitativo. Conforme Silva (2025), a nova metodologia pode caminhar com a intensificação de práticas já existentes, como a produção em massa, coautorias artificiais e uso estratégico de redes para inflar métricas de visibilidade, ocultando o processo colaborativo e crítico que deveria orientar a atividade científica.

Ademais, os programas de menor prestígio, enfrentam maiores dificuldades para captar recursos e alcançar melhores avaliações, promovendo uma desigualdade entre as instituições e áreas do conhecimento (Oliveira, 2015).

De forma ampla, os programas de pós-graduação, buscando atender aos critérios de credenciamento de avaliação dos organismos reguladores, se apoiam no desempenho das atividades dos discentes para garantirem o funcionamento do programa, o que exigindo cada vez mais produtividade dos pesquisadores em formação, alimentando o círculo vicioso do produtivismo acadêmico (Andrade; Cassumdé; Barbosa, 2019). O processo de ensino e aprendizagem também sofre impactos, tornando-se uma rápida transmissão de conhecimentos, em que acaba, na maioria das vezes, no desprezo pela reflexão crítica e diálogo (Andrade; Cassumdé; Barbosa, 2019).

Os docentes da pós-graduação, muitas vezes, serão escolhidos com base na sua produtividade enquanto pesquisadores, e não no seu domínio no campo de conhecimento da disciplina (Andrade; Cassumdé; Barbosa, 2019). Isso coloca em risco a condição essencial da docência, que é o ensino (Chauí, 2003). Dessa forma, a construção didático-pedagógica, no âmbito da pós-graduação, é relegada a segundo plano, uma vez que partem do princípio de que quem pesquisa bem, ensina bem (Andrade; Cassumdé; Barbosa, 2019).

Em decorrência do exposto, a “ânsia por ‘publicar’ está tornando os cursos de mestrado e doutorado em laboratórios de produção de artigos, em vez de formar mestres e doutores.” (Bispo, 2018, p. 438). Essa condição da produtividade impacta o bem-estar e engajamento, enquanto processos subjetivos do pesquisador (Andrade; Cassumdé; Barbosa, 2019; Patrus; Dantas; Shigaki, 2015), pois a pós-graduação, como espaço de trabalho de pesquisadores em formação e daqueles já formados — docentes, tem levado a condições de adoecimento, de estresse e exaustão (Borsoi, 2012; Ribeiro; Leda, 2016).

Esse cenário compromete as relações pessoais, produzindo alterações do sentido, satisfação e prazer, no trabalho (Ruza; Silva, 2016), além de ameaçar a solidariedade e cooperação entre os pares, prejudicando a condição de experiência e de pertencimento ao ambiente e da pesquisa (Alcadipani, 2011; Andrade; Cassumdé; Barbosa, 2019). Peixoto, Souza e Soares (2022) em seu estudo de revisão integrativa sobre o adoecimento de pós-graduandos no Brasil, revelou que mais da metade dos estudantes de mestrado e doutorado apresenta níveis elevados de estresse, sendo as mulheres as mais afetadas. Elencam que os principais fatores estressores identificados foram dificuldades financeiras, prazos curtos para entrega de trabalhos, problemas na relação com orientadores, exaustão emocional e insegurança quanto ao futuro profissional. Logo, corroborando com a afirmação, Faro (2013) em seu estudo realizado com 2.150 pós-graduandos em todas as regiões do país, os fatores tempo, supervisão e desempenho acadêmico se destacaram como os maiores geradores de sofrimento. Assim, esse contexto exhibe as características da ideologia gerencialista (Gaulejac, 2007) e levando a uma precariedade subjetiva dos pós-graduandos (Dejours, 2003; Ruza; Silva, 2016).

As atividades, o trabalho da pesquisa passam a ser orientados por um sentido prescrito pela organização superior alterando o sentido dado pelo indivíduo. Gaulejac (2007) descreve dois tipos de sentidos: sentido determinado pela instituição, em que as atividades desempenhadas estão inscritas socialmente e legitimadas; e o sentido produzido pelo indivíduo, que passa a ser a capacidade de refletir sobre si mesma, ou seja, à sua consciência, baseado por referências internas, que foram construídas a partir dos valores e significados aprendidos, principalmente, com a educação e a cultura. A capacidade de refletir sobre si — permitindo gerar sentido sobre a ação — implica em viver experiência, ou seja, pensar, olhar, sentir, ouvir, suspendendo o automatismo, o juízo e a vontade. (Bondía, 2002), ações desvalorizadas no âmbito do gerencialismo.

Os sujeitos inseridos nesse contexto são seduzidos pela busca pela (auto)realização, cedendo aos sentidos prescritos das organizações (Gaulejac, 2007), alterando a construção de sentidos em relação à pesquisa, à organização do trabalho, condicionando sua passivamente diante das situações cotidianas (Gurgel, 2015) e às possibilidades de reproduzi-las como normais.

Considerações Finais

A gestão gerencialista se multiplicou nas organizações, condicionando comportamentos e raciocínios que visam a eficiência e a produtividade, utilizando o ser humano como um recurso da organização. Essa lógica pode ser percebida no âmbito universitário, em que se manifesta devido à mercantilização do conhecimento e na adequação desses centros de pesquisa às condições do processo econômico mundial, em que o conhecimento precisa atender às necessidades do mercado empresarial/industrial.

No espaço da pós-graduação, a lógica gerencialista é intensificada por meio de sistemas avaliativos, principalmente decorrentes de agências reguladoras e de fomento. Em que privilegiam métricas quantitativas como mecanismo de avaliar o desempenho dos programas de pós-graduação, como número de publicações e o tempo de titulação, em detrimento da qualidade crítica e da relevância social das pesquisas.

Esse processo conforma as subjetividades de docentes e, principalmente, de discentes em formação, que acabam por internalizar a lógica da produtividade, afastando-os, muitas vezes, de um processo de formação e pesquisa profundo, com os fundamentos do conhecimento e os problemas sociais.

O processo de ensinar e aprender, dessa forma, tem-se transformado em objeto e mercadoria, tornando-se cada vez mais limitado a produtos, níveis de desempenho e sem padrões de qualidade. Assim, questionar a influência da gestão gerencialista na pós-graduação permite observar a essência da formação de pesquisadores, como viabilizadores de pensamentos, de mudança social, política e cultural.

Dessa forma, o ensaio teve o propósito de revelar como o processo do gerencialismo impacta a formação de pós-graduandos ao remodelar o propósito e a prática da pesquisa e do ensino superior. Dentre as problemáticas discutidas está a internalização dos processos de produtividade, que acaba afastando de um aprofundado processo formativo e de pesquisa que se engaje com os fundamentos do conhecimento e os problemas sociais complexos.

Além disso, o ensaio mostrou que a lógica gerencialista na pós-graduação reflete um cenário em que pós-graduandos tornam-se pressionados a uma produção em massa. Essa busca incessante por desempenho e visibilidade acadêmica compromete o bem-estar e o engajamento

dos pesquisadores em formação, levando a quadros de estresse, exaustão e adoecimento psíquico, mas também um processo que desgasta os aspectos de solidariedade e cooperação entre pares, fomentando o individualismo e a competição. Assim, a formação na pós-graduação sob a égide gerencialista caminha na condição de tornar o campo científico a reprodução de uma ciência instrumentalizada e mercantilizada, subordinada a interesses utilitaristas e distante de sua função pública e social, onde o processo de ensinar e aprender é reduzido a um objeto e mercadoria.

Referências

- ALCADIPANI, R. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação Acadêmica. **Cadernos EBAPE.BR**, [s. l.], v. 9, n. 4, p. 1174–1178, dez. 2011.
- ALISSON, E. **Má conduta científica é um problema global, afirma pesquisador**. REVISTA PESQUISA FAPESP, 2014. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/ma-conduta-cientifica-e-um-problema-global-afirma-pesquisador/>. Acesso em: 09 jul. 2025.
- ALMEIDA-FILHO, N. Resgate histórico da educação superior no Brasil: casos-índice de colonialidade na universidade. **Universidades**, v. 75, n. 100, p. 20-41, 2024.
- ALPERSTEDT, G. D.; ANDION, C. POR UMA PESQUISA QUE FAÇA SENTIDO. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 57, p. 626–631, dez. 2017.
- ANDRADE, J. S.; CASSUNDÉ, F. R.; BARBOSA, M. A. C. Da liberdade à “gaiola de cristal”: Sobre o produtivismo acadêmico na pós-graduação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 169–197, 22 abr. 2019.
- ANDRADE, R. **O lento avanço das ações afirmativas na pós-graduação**. Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade – Ipea, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/465-o-lento-avanco-das-acoes-afirmativas-na-pos-graduacao-no-brasil>. Acesso em: 9 maio 2025.
- ANPG. **O pós-graduando e o trabalho invisível**. Associação nacional de pós-graduandos, 2020. Disponível em: <https://www.anpg.org.br/01/05/2020/o-pos-graduando-e-o-trabalho-invisivel/>. Acesso em: 8 mai 2025.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BAUER, A. P. M.; DARBILLY, L. V. C. Poder, conflitos e as transformações na academia: uma análise do campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro a partir da abordagem de Pierre Bourdieu. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 98–116, 2020.
- BERNO, M. F. *et al.* A INFLUÊNCIA DO GERENCIALISMO NA GESTÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, [s. l.], v. 5, n. 1, 15 out. 2021.
- BISPO, M. S. SE PUBLICAR É PRECISO, AVALIAR TAMBÉM É! **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 58, p. 438–442, ago. 2018.
- _____. Contradições da pós-graduação em administração brasileira. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 169–180, 2020.
- BISPO, M. S.; COSTA, F. J. Artigos como avaliação discente em disciplinas de pós-graduação: instrumento educativo ou subsistema de linha de montagem? **Cadernos EBAPE.BR**, [s. l.], v. 14, p. 1001–1010, dez. 2016.
- BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 19, p. 20–28, abr. 2002.

- BORSOI, I. C. F. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 81–100, 1 jun. 2012.
- CENTRO DE PESQUISA EM DIREITO SANITÁRIO (CRID). **Quando a ciência se corrige: retratações, plágio e o desafio da integridade científica**. 2023. Disponível em: <https://crid.fmrp.usp.br/noticias/quando-a-ciencia-se-corrige-retratacoes-plagio-e-o-desafio-da-integridade-cientifica/>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Parecer sobre critérios de avaliação da produção intelectual na pós-graduação stricto sensu – Resumo do CTC-ES**. Ofício Circular nº 46/2024-CGAP/DPG/SESU/SESu-MEC, de 14 de outubro de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/conselho-tecnico-cientifico-da-educacao-superior/oficios-ctc-es/14102024SEI_2470019_Oficio_Circular_46_resumoCTC_232.pdf. Acesso em: 2 maio 2025.
- CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 24, p. 5–15, dez. 2003.
- _____. **Contra a servidão voluntária**. Org. Homero Santiago. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- COSTA, C. F.; GOULART, S. Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 396–409, set. 2018.
- CHRISPINIANO, J. Todo o poder à avaliação! Versão eletrônica. **Revista Adusp**, v. 19, p. 26–35, 2006.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 5ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- _____. Subjetividade, trabalho e ação. **Production**, [s. l.], v. 14, p. 27–34, 2004.
- DEJOURS, C.; ADBOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. 1.ed. 12.reimpr. São Paulo : Atlas, 2011.
- DIAS, C. A. *et al.* Ideologia gerencialista e adoecimento mental no trabalho: uma análise crítica. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 22, n. 2, p. 185–198, 20 dez. 2019.
- FARIA, J. H. **Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração**. 7. reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.
- FARO, A. Um modelo explicativo para o bem-estar subjetivo: estudo com mestrandos e doutorandos no Brasil. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, n. 4, p. 654–662, 2013
- GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida, Sp: Ideias & Letras, 2007.
- GUIMARÃES, J. A. C.; HAYASHI, M. C. P. I. Revistas predatórias: um inimigo a ser combatido na comunicação científica. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 21, 2023.
- GURGEL, C. O papel da ideologia nas teorias organizacionais. In: PADILHA, Valquíria (Org.) **Antimanual de gestão: desconstruindo os discursos do management**. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.
- KLIKAUER, T. **Managerialism: a critique of an ideology**. London: Palgrave Macmillan, 2013.
- LA BOÉTIE, E. **Discurso da servidão voluntária**. 4.ed. São Paulo : Brasiliense, 1987.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005, p. 7-24.

LESNIESKI, M. S.; TREVISOL, M. G.; BECHI, D. Gerencialismo e Performatividade na Educação Superior: Apontamentos sobre a Incorporação de uma cultura Neoliberal. **Revista de Educação Pública**, [s. l.], v. 32, p. 686–705, 28 dez. 2023.

LIMA, N. T. *et al.* As ciências na formação do Brasil entre 1822 e 2022: história e reflexões sobre o futuro. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 36, p. 211–233, 13 maio 2022.

MANCEBO, D. Reforma da Educação Superior: o debate sobre a igualdade no acesso. In: BITTAR, M.; OLIVERIA, J. F.; MOROSINI, M. (Orgs.). **Educação Superior no Brasil – 10 anos Pós-LDB.** Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008, p. 55-70.

MANZONI, A. Ciência, não-ciência, anticiência: lutas em torno da saúde pública na pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 39, p. e39004, 2024.

MARRAS, S. Repensar os trânsitos entre ciência e sociedade hoje: alguns apontamentos para uma agenda cidadã minoritária. **Lumina**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 41–59, 30 dez. 2018.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDES, A. M. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, B.; KARRUZ, A. P. Desafios da política de cotas na pós-graduação: um estudo de caso sobre a Universidade Federal de Minas Gerais. **Enepcp**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://anepecp.org/ojs/index.php/br/article/view/291>. Acesso em: 9 maio 2025.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O Lado mais Escuro da Modernidade. trad. Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 32, n. 94, p. 1–18, 2017.

MOREIRA, T. L.; MAFRA, F. L. N. Descolonização do saber e a complexidade sociopolítica das universidades públicas brasileiras. In: **XLVII Encontro da ANPAD - EnANPAD 2023.** São Paulo, 2023.

MOTTA, F. C. P. Organização, Automação e Alienação. **Revista de Administração de Empresas**, v.24, n.3, 1984.

_____. Controle social nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.33, n5, p. 68-87, Set/Out. 1993.

NAVAS, C. Caminhos para o futuro da ciência: como alavancar as ações das agências de fomento? **Revista USP**, [s. l.], n. 143, p. 95–102, 2024.

NAVES, F. L.; PEREIRA, S. B.. Da ciência hegemônica à experiência sensível de pesquisa: um caminho ético-político. **Linhas Críticas**, [s. l.], v. 29, p. 1–16, 10 jul. 2023.

NEVES, A. A. B.; MCMANUS, C.; CARVALHO, C. H. Impacto da pós-graduação e da ciência no Brasil: uma análise à luz dos indicadores. **Revista NUPEM**, [s. l.], v. 12, n. 27, p. 254–276, 2020.

OLIVEIRA, J. F. A Pós-Graduação e a pesquisa no Brasil: processos de regulação e de reconfiguração da formação e da produção do trabalho acadêmico. **Práxis Educativa**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 343–363, 8 ago. 2015.

ONUMA, F. M. S.; ZWICK, E.; BRITO, M. J. Ideologia Gerencialista, Poder e Gestão de Pessoas na Administração Pública e Privada: uma interpretação sob a ótica da Análise Crítica do Discurso. **Revista de Ciências da Administração**, [s. l.], p. 106–120, 14 ago. 2015.

PAGÈS, M. *et al.* **O poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos.** São Paulo : Atlas, 1987.

- PARKER, M. **Against management**: organization in the age of managerialism. Cambridge: Polity Press, 2002.
- PATRUS, R.; DANTAS, D. C.; SHIGAKI, H. B. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares? **Cadernos EBAPE.BR**, [s. l.], v. 13, p. 1–18, mar. 2015.
- PEIXOTO, M.; SOUZA, B.; SOARES, T. Interface entre Estresse e Produção do Conhecimento: o adoecimento de pós-graduandos brasileiros. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, [s. l.], v. 19, n. 40, 30 jun. 2022.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- REIS, T. S. Expropriação do funcionalismo público: o gerencialismo como projeto. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 80–89, abr. 2019.
- REZENDE, C. R. A.; RAFANHIM, C. S. “VOCÊ TRABALHA OU SÓ ESTUDA?”: O BOLSISTA DE PÓS-GRADUAÇÃO E OS EFEITOS DO NEOLIBERALISMO NAS CONDIÇÕES PRECARIZADAS E PRECARIZANTES DO TRABALHO ACADÊMICO. **Revista da ABET**, [s. l.], 2023.
- RUZA, F.M.; SILVA, E. P. As Transformações Produtivas na pós-graduação: O Prazer no Trabalho Docente Está Suspenso? **Revista Subjetividades**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 91–103, 2016.
- RIBEIRO, C. V. S.; LEDA, D. B. O TRABALHO DOCENTE NO ENFRENTAMENTO DO GERENCIALISMO NAS NIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: REPERCUSSÕES NA SUBJETIVIDADE. **Educação em Revista**, [s. l.], v. 32, n. 4, p. 97–117, dez. 2016.
- SÁ, M. *et al.* DE ONDE VIEMOS, PARA ONDE VAMOS? AUTOCRÍTICA COLETIVA E HORIZONTES DESEJÁVEIS AOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 60, p. 168–180, 15 maio 2020.
- SALIMON, M. I.; SIQUEIRA, M. V. S. Ideologia gerencialista e subjetividade do trabalhador no terceiro setor. **Revista de Administração (São Paulo)**, [s. l.], v. 48, p. 643–657, dez. 2013.
- SANTOS, R. G. **Gestão gerencialista e trabalho docente: aproximações com a produção de subjetividades na contemporaneidade**. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- SANTOS, R. G.; TONON, L. Gestão Gerencialista e Trabalho Docente: aproximações com a produção de subjetividades na contemporaneidade. **Revista de Ciências da Administração**, [s. l.], v. 25, n. 65, p. 1–18, 29 set. 2023.
- SANTOS, L. S. D. S.; REINALDO, F. REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A IDEOLOGIA GERENCIALISTA: ANÁLISE FÍLMICA DE AMOR SEM ESCALAS. **Caderno de Administração**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 168–184, 30 mar. 2021.
- SAVIANI, D. O DILEMA PRODUTIVIDADE-QUALIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO. **Nuances: Estudos sobre Educação**, [s. l.], v. 17, n. 18, 1 dez. 2010.
- SCHWARTZMAN, S. Universidade, Ciência e Subdesenvolvimento. In: _____. **Ciência, Universidade e Ideologia**. A Política do Conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. p.73-95.
- _____. **Um espaço para ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT, 2001.
- _____. Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil: duas faces da mesma moeda?. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 36, n. 104, p. 227–254, 2022.

SERRA, C. V. **Relevância e impacto social da pesquisa em Administração: o que pensam os pesquisadores do Núcleo de pós-graduação em Administração?** 2021. 179 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. Expanding and Elaborating the Concept of Academic Capitalism. **Organization**, [s. l.], v. 8, p. 154–161, 1 maio 2001.

SLAUGHTER, S.; RHOADES, G. Academic Capitalism and the New Economy: Markets, State, and Higher Education. **Johns Hopkins University Press**, [s. l.], 1 jan. 2009.

SILVA, I. C.; M., F. L. N. Trabalho docente, trabalho decente ou trabalho doente? Reflexões sobre o trabalho de professores universitários na contemporaneidade. **VII Encontros de estudos organizacionais da ANPAD**. 2014

SILVA, M. G.. **Qualis: o estranho rumo dos periódicos científicos**. Outras Palavras, 2025. Disponível em: <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/qualis-o-estranho-rumo-dos-periodicos-cientificos/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

TACCONI, A. P. T. M. Posição atual da ciência brasileira e reflexões sobre o futuro. **Revista USP**, [s. l.], n. 143, p. 81–94, 11 dez. 2024.

TONON, L. **Gestão gerencialista e produção de estilos de vida de executivos: ruptura (im)possível**. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2014.

TONON, L.; GRISCI, C. L. I. GESTÃO GERENCIALISTA E ESTILOS DE VIDA DE EXECUTIVOS. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, [s. l.], v. 16, p. 15–39, fev. 2015.

TULESKI, S. C. A necessária crítica a uma ciência mercantilizada: a quem servem o publicismo, o citacionismo e o lema “publicar ou perecer”? **Psicologia em Estudo**, [s. l.], v. 17, p. 01–04, 2012.

VIZEU, F. (Re)contando a velha história: reflexões sobre a gênese do Management. **Revista de Administração Contemporânea**, [s. l.], v. 14, p. 780–797, out. 2010.